

Vinícius Lummertz*

O faz-de-conta indígena brasileiro

A invasão do evento preparatório da COP-30 em Belém por um grupo de indígenas revelou mais uma vez a desorganização e o improviso com que o Brasil trata um tema decisivo. Ninguém sabe ao certo se havia manifesto, quem representava quem, quais eram as reivindicações, quem motivou o ato ou o que ele realmente pretendia. A imprensa noticiou o episódio como mais uma curiosidade da conferência, e o país seguiu adiante. Nenhuma pergunta ficou respondida.

O mesmo roteiro já havia se repetido na crise sanitária dos yanomami, transformada em espetáculo de indignações e disputas partidárias. Passado o alarde, nada foi resolvido: a assistência continuou precária, a mortalidade infantil elevada e o garimpo ilegal avançando. O tema indígena no Brasil funciona assim, entra e sai de cena sem resultados, mobilizando emoções, mas não políticas.

A diferença entre o que o país diz e o que faz é reveladora. No Brasil, as terras indígenas ocupam 13,7% do território nacional, a maioria na Amazônia. Nos Estados Unidos, as reservas somam 2,3% do território, e ainda assim os povos nativos de lá vivem muito melhor: a renda mediana anual é de cerca de US\$ 50 mil, enquanto 41% dos indígenas brasileiros vivem com menos de um quarto do salário-mínimo. Lá, participam da economia, administram cassinos, parques naturais, universidades, bolsas de estudo e empreendimentos turísticos que somam US\$ 43 bilhões por ano. Aqui, continuam dependentes do Estado.

Não é falta de recursos nem de território. É falta de política. No Brasil, o debate sobre

os indígenas é feito num tom de paternalismo, por ONGs, partidos e até pela realza estrangeira. O príncipe William, ao dizer que “os povos indígenas são os guardiões da floresta”, reforçou a visão simbólica, bonita, mas inócua. Também equivale perguntar se os anglo-saxões gostariam de voltar a viver em casas de pedra. A imprensa ecoa, as conferências aplaudem, e seguimos no faz-de-conta.

A cultura popular, infelizmente, já traduz essa contradição há décadas. A frase de marchinha: “índio quer apito, apito; se não der, pau vai comer”, expressão popular anônima dos anos 1970, carrega em poucas palavras o preconceito e a infantilização que ainda moldam o imaginário brasileiro. Ela sintetiza o erro: tratar os indígenas como problema, não como cidadãos; como assunto folclórico, não como parceiros de desenvolvimento.

As pesquisas mostram o contrário. Levantamento Datafolha e CNA com mais de mil indígenas revela que suas prioridades são claras: educação, saúde, trabalho e voz nas decisões. Oitenta e oito por cento dos brasileiros defendem que eles sejam consultados sobre obras e políticas que os afetem, princípio previsto na Convenção 169 da OIT. Portanto, já sabemos o que eles querem. Falta vontade política para transformar desejo em plano.

E plano é justamente o que falta também à Amazônia. O país repete o mantra de que “a floresta em pé vale mais do que a floresta derrubada”, mas não cria cadeias produtivas sustentáveis, nem infraestrutura verde, nem segurança pública. O tráfico, o garimpo e as facções controlam boa parte da região, ameaçando a soberania nacional. Enquanto isso,

multiplicam-se fundos e anúncios, mas sem diretrizes nem metas. Como cobrar?

O Brasil precisa levar esse tema a sério. Mais de 13 por cento do território nacional permanecem paralisados, sem uso sustentável, enquanto o modelo americano, com 2,3% de território indígena e renda crescente, mostra que é possível conciliar cultura, economia, turismo e autonomia. Nossa incapacidade de planejar explica não apenas o atraso indígena, mas o atraso nacional.

Querer que os indígenas brasileiros, por predomínio moral da visão esquerdista de Rousseau, que em “O Bom Selvagem” idealizou a pureza humana a partir do índio brasileiro que jamais conheceu, abandonem o progresso e fiquem presos ao passado é o mesmo que pedir que suecos, dinamarqueses e noruegueses deixem suas sociedades modernas para voltarem a ser vikings em barcos a remo invadindo países. O mundo tem que andar para frente, não para trás.

É hora de romper o faz-de-conta. O país precisa de um Plano Amazônia Integrado, com metas de renda, educação, saúde e sustentabilidade, e com participação direta dos povos indígenas em sua elaboração e gestão. Um plano de verdade, com prazos, indicadores e responsabilidades. Só assim deixaremos de tratar a questão indígena como espetáculo e passaremos a tratá-la como política de Estado. Vamos parar de usar e sacanear os indígenas, por favor. Ninguém mais acredita.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Jolivaldo Freitas*

Lá vem Lula de novo. Brasil fica para o vice?

Pronto! Lula falou e disse, levado pelos efflúvios asiáticos, lá na Indonésia, sem meias palavras e tirando o véu: será candidato nas eleições presidenciais de 2026. E olha que ninguém perguntou. A declaração encerra meses de especulações sobre seus planos políticos e marca mais uma reviravolta na trajetória do petista, que, antes de assumir o atual mandato, havia afirmado que aquela seria sua última participação na arena eleitoral.

Com 80 anos de idade, Lula garante estar com o “gás dos 30”, mas a realidade biológica impõe questionamentos sobre sua capacidade de cumprir integralmente um eventual novo mandato de quatro anos. Nos bastidores de Brasília, a avaliação é de que o presidente já considera a hipótese de, caso eleito, transferir o comando do país ao vice que escolher com esperteza — alguém que represente continuidade política e garanta estabilidade dentro do campo progressista.

Essa mudança de tom de Lula já vinha sendo percebida desde o início do ano.

Se antes dizia querer “descansar” após o atual governo, passou a indicar que poderia “talvez, quem sabe” voltar a disputar o Planalto caso fosse necessário para “impedir o retorno da extrema-direita”. A leitura é de que o petista enxerga sua candidatura como uma missão política e simbólica diante da polarização que ainda domina o cenário brasileiro.

Sua garantia de continuidade vem num momento em que a direita se encontra cingida, notadamente pelo atropelamento infligido pelo STF contra Bolsonaro, militares e extremistas de todos os matizes. As pesquisas reforçam o otimismo de Lula. No último levantamento da Quaest, divulgado em 9 de outubro, ele lidera todos os cenários de primeiro e segundo turno monitorados. No primeiro turno, suas intenções de voto variam entre 35% e 43%, dependendo dos adversários testados. Seu principal oponente continua sendo o inelegível Jair Bolsonaro (PL), que registra 26%.

Em simulações de segundo turno, Lula aparece com mais de 41% das intenções de voto em todos os cenários, alcançando até 47% quando o adversário é o governador mineiro Romeu Zema (Novo). Mesmo fora da disputa, Bolsonaro segue como o nome mais forte do campo conservador, somando 36% das preferências. Entre os candidatos considerados elegíveis, o melhor posicionado é Ciro Gomes — agora filiado ao PSDB —, que figura com 32% das intenções.

A confirmação da candidatura de Lula reforça sua disposição em continuar como o principal articulador da política nacional. No entanto, a idade avançada e o desafio de manter a vitalidade até o fim de um novo mandato colocam em pauta uma questão inevitável: mais do que o próprio Lula, quem será o vice capaz de sustentar o projeto petista caso o tempo cobre sua fatura?

***Escritor e jornalista**

Mateus Vargas*

Estoque perdido do SUS reforça custo da era Bolsonaro e serve de alerta para Lula

A auditoria da CGU, que aponta até R\$ 7,3 bilhões em medicamentos, vacinas e outros insumos perdidos de 2021 a 2023, relembra que Bolsonaro ainda paga barato por ter conduzido o país à sua pior crise sanitária e deveria ser suficiente para reanimar as discussões sobre responsabilidades da gestão passada.

As vacinas compradas durante a pandemia são a larga maioria dos insumos perdidos. Essa conta ainda inclui os testes “padrão-ouro” da Covid-19, que o governo anterior tentou mandar ao Haiti às vésperas do fim da validade, além de insulinas e milhares de outros itens.

O relatório aponta ao menos R\$ 2,3 bilhões perdidos no almoxarifado do Ministério da Saúde. Já o pior cenário soma os repasses de insumos com validade curta feitos aos

estados. O estoque descartado é expressivo e equivale ao dobro do orçamento do Farmácia Popular do último ano

É injusto forçar uma equivalência entre as perdas da gestão Lula e do governo passado. O ex-presidente minou a confiança nas vacinas enquanto apostava na cloroquina feita pelo Exército. Também alternou o controle da Diretoria de Logística da Saúde entre indicados do centrão e militares.

Mas os produtos desperdiçados mandam recados ao governo Lula, que já deu amostras do custo de uma compra atrapalhada. No ano passado, por exemplo, o ministério perdeu praticamente um lote inteiro de 10 milhões de doses de Coronavac compradas tardiamente, quando o produto estava em desuso, desperdi-

çando ao menos R\$ 260 milhões.

As responsabilidades da gestão Bolsonaro sobre a pandemia devem ser destrinchadas, mas a equipe da Saúde não pode mais usar o governo passado como escudo de novas falhas.

O trabalho da CGU deve servir de alerta e as propostas da auditoria, como definir percentuais aceitáveis de perdas e substituir o defasado sistema de gestão dos estoques, precisam ser acolhidas para demonstrar que a mudança de postura não é apenas discurso.

***Repórter da Sucursal da Folha em Brasília. Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Passou pelo jornal Estado de S. Paulo e pelos sites JOTA e Poder360.**

EDITORIAL

Politicagem acima da constituição

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) deu início à divulgação das análises sobre as contas de 2024 dos municípios fluminenses. O que chama a atenção, no caso, é que muitos chefes do Executivo tiveram as contas rejeitadas ou receberam parecer contrário à aprovação na Corte, por inúmeros motivos — e destaque aqui um deles: a aplicação mínima de recursos, conforme estabelece a Constituição. Somente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 12 cidades tiveram parecer contrário, mas a situação não é exclusiva, pois na Região Serrana também foram identificadas falhas nas gestões.

Em Petrópolis, enquanto o ex-gestor brigava na Justiça pelo ICMS, o TCE apresentou 37 falhas na gestão tributária. Em Teresópolis, a reprovação teve como base a não aplicação mínima de 25% na educação, assim como ocorreu em Três Rios. Nova Friburgo, Areal e São José do Vale do Rio Preto também receberam parecer contrário.

O fato é que a palavra final sobre a administração e as contas é de responsabilidade das Câmaras Municipais, cujas articu-

lações ajudam, e muito, para que haja a “virada de jogo”. Outro fator substancial é a escolha do secretariado, que, embora deva ser alguém de confiança, não se limita a isso, mas a alguém com perfil e, principalmente, conhecimento técnico para que as escolhas, que afetam diretamente a população, sejam corretas.

Com base em tantas rejeições na Corte de Contas, não seria aplicável uma lei que estabeleça ensino superior para atuar na administração de uma cidade, em setores cruciais como saúde, educação e segurança, ou mesmo para fiscalizá-las? Mas o interesse político é claro: não permitirá que a pauta avance ou sequer seja abordada. Enquanto isso, os gestores continuam descumprindo a Constituição e apresentando desculpas e justificativas vazias a fim de manterem a ficha limpa.

Por fim, cabe ressaltar que a população também tem sua responsabilidade neste cenário, afinal é quem vai à urna, quem escolhe o candidato, é quem clica no confirma. Faltando menos de um ano para as eleições de 2026, fica o dever de casa para cada fluminense: estudar os candidatos, propostas e o passado de cada um deles.

STJD passa vergonha com Bruno Henrique

Ao condenar o atacante Bruno Henrique, do Flamengo, a pagar uma multa de R\$ 100 mil por divulgar informações privilegiadas de que levaria um cartão amarelo na partida contra o Santos, em 2023, para o irmão, que utilizou as informações para fazer apostas esportivas, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, o STJD, definiu para os outros atletas que o “preço” para privilegiar apostadores é de apenas 100 mil reais, valor que sequer chega a 10% do salário de muitos dos atletas da Série A do Campeonato Brasileiro.

O caso chamou atenção por trazer provas muito bem documentadas envolvendo o jogador e os familiares do atleta do Flamengo. O julgamento era a chance de aumentar a credibilidade do STJD, que não anda em alta, ao aplicar uma punição exemplar para evitar que casos absurdos como esse se repitam

no futebol brasileiro.

Porém, o julgamento acabou minando qualquer resto de credibilidade possível. Bruno Henrique chegou ao julgamento com uma punição de 12 partidas afastado dos campos, o que era um número mínimo, junto a uma multa. A expectativa é que essa suspensão aumentasse para mais partidas. No entanto, o resultado foi extremamente benéfico para o jogador, que não terá mais um jogo sequer de suspensão e terá de pagar R\$ 100 mil. Seu salário mensal é superior aos R\$ 2 milhões.

A sensação que fica é que trataram um atleta de 34 anos como uma criança de 5, que não tem responsabilidade sobre os próprios atos. Uma vergonha! Agora, cria-se um precedente para atletas que queiram ceder informações a apostadores. Basta dar entrevistas engraçadinhas e pagar R\$ 100 mil.

Opinião do leitor

Segurança Pública

Há um ditado de que o mal só prospera, quando os homens de bem se calam. A sessão solene do Congresso Nacional em reconhecimento nacional às forças de segurança do RJ serve de alento para os profissionais, que diuturnamente colocam as suas vidas em risco, para proteger e salvar vidas humanas.

*Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro*

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: VARGAS CRIA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de novembro de 1930 foram: Coronel João Alberto nega que tenha dado dinheiro para o Correio da Manhã. Brasil, finalmente, entra em um regime político com os ideais republicanos desejados pelos militares em 1889.

HÁ 75 ANOS: TROPAS DA ONU CHEGAM A FRONTEIRA COM A MANCHÚRIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de novembro de 1950 foram: Tropas da ONU empurram as tropas soviéticas para a fronteira da Manchúria. Repercuta na ONU a decisão do litígio colombo-peruano. Novamente em discussão na Câmara a posição do Exército

Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde, a ser comandado por Francisco Luiz da Silva Campos. Novos interventores no Norte.

***Repórter da Sucursal da Folha em Brasília. Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Passou pelo jornal Estado de S. Paulo e pelos sites JOTA e Poder360.**